

As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão*

Domingos Rodrigues

Tenente-Coronel de Infantaria. "Mentor" de Operações da 2.ª OMLT/ISAF Afeganistão (2009/10). Mestre em Relações Internacionais. Auditor do Curso de Defesa Nacional. Tem publicado artigos e efectuado conferências sobre a Turquia e o Afeganistão. É autor do livro "Turquia: País Ponte entre Dois Mundos", publicado em 2009 pela Editora Prefácio e co-autor da obra "Afeganistão", publicado em 2011 pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Resumo

O esforço da participação das Forças Armadas Portuguesas na missão da ISAF, reflete o carácter prioritário que este teatro de operações apresenta para Portugal. Sendo a missão mais exigente da História da NATO e a primeira vez que o artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte é evocado, o Afeganistão representa um momento único que deve ser analisado com particular cuidado.

Para tal procura-se neste trabalho proceder a um enquadramento da intervenção internacional, nas suas diversas dimensões, considerando os múltiplos atores, a sua interação e a forma como tal afeta a situação operacional.

O levantamento das diversas fases da participação nacional permite, para além de uma síntese de efetivos empenhados e dos tipos de unidades projetadas, proceder a uma cuidada identificação das mais significativas lições aprendidas.

A importância da participação nacional na consecução dos objetivos definidos para a intervenção, em particular no que concerne à implementação da estratégia de saída, é também pragmaticamente analisada.

Abstract

The Portuguese Armed Forces in Afghanistan

Portugal's Armed Forces effort in order to sustain the ISAF mission reflects the importance this Theatre of Operations has on Portuguese foreign policy. Being the most demanding mission on NATO's history, and the only occasion in which Article 5 of the NATO Treaty has been invoked, Afghanistan represents a critical moment which must be carefully analysed.

To this end we seek to systematically clarify the international intervention according to its multiple dimensions, considering the different agents, their interaction and how all of this affects the operational situation.

The survey concerning the various moments of the Portuguese contribution to ISAF allows, not only a synthesis on the number of troops involved and the type of units deployed, but also a careful acknowledgement of the most significant lessons learned.

The importance of the national contribution in order to achieve the established goals for the intervention in Afghanistan, particularly regarding the implementation of the withdraw strategy, is also pragmatically analyzed.

* Artigo redigido segundo as normas do novo acordo ortográfico.

“For several years now, NATO has been leading the ISAF in Afghanistan. It is the most demanding mission our Alliance has ever undertaken. (...) But despite many challenges, and despite the occasional setbacks, we are making steady progress!”

Anders Fogh Rasmussen¹

Introdução

Passados que são dez anos sobre o início da intervenção internacional, o Afeganistão encontra-se agora numa fase de implementação da estratégia de saída², com a retirada de forças prevista para o ano de 2014. Podendo ser verdade que para a História apenas se tratará de uma referência secundária (Santos, 2011), é também correto afirmar que as características e envolventes únicas deste teatro de operações deram origem a um novo enquadramento regional, ao qual os diversos atores da sociedade política internacional se tiveram que adaptar.

Em causa encontra-se um novo ambiente político-estratégico internacional de conceitos renovados – como o de conflito assimétrico e contra-subversão – sendo a primeira vez que uma organização internacional se envolve num conflito deste tipo (Branco, 2008: 15). Foi através da intervenção neste teatro de operações que a própria NATO, como organização de segurança e defesa, procurou validar em grande parte a sua continuidade através de uma nova tipologia de missões, alargando o seu espectro territorial, ao encontro de um conceito de segurança global³, que permite as operações *out of area* (embora neste caso, como base, tenha surgido a evocação do artigo 5 do Tratado de Washington).

Paralelamente, e num período de instabilidade económico-financeira internacional, torna-se essencial perceber a capacidade de adaptação dos países ocidentais a uma realidade de forças expedicionárias, em teatros de operações particularmente longínquos e prolongado no tempo, em que a cadeia logística é colocada em permanente teste e em que os custos humanos e financeiros são muito elevados.

1 Comunicação “NATO: Managing Security in a Globalized World” proferida na Universidade Católica de Lisboa, em 02 de Julho de 2010.

2 Mais do que por motivos operacionais, a estratégia de saída está a ser marcada por imperativos políticos internos dos países contribuintes da ISAF, em especial pela agenda das próximas eleições presidenciais norte-americanas a 6 de Novembro de 2012.

3 Este conceito surge após o período da Guerra-Fria, em que é “atribuído” à NATO o papel de “polícia global”.

A pertinência deste tema é relevada num momento em que Portugal se prepara para atingir o seu maior nível de sempre de empenhamento no Afeganistão, quer quantitativamente, quer qualitativamente⁴, num ambiente nacional financeiramente restritivo, de redução significativa de efetivos das Forças Armadas e de uma nova redefinição de prioridades na área da Defesa.

No presente artigo procuraremos contribuir para uma análise pragmática do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas no teatro de operações do Afeganistão, acompanhando a envolvente estratégica internacional, bem como a natureza da missão no território.

A Dimensão Estratégica Regional

Pela sua História, o teatro de operações afegão reverte-se de um conjunto de características que o tornam único, quer em termos geoestratégicos, quer em termos operacionais. Apesar de inóspito para a maioria dos Impérios que por lá passaram e permaneceram⁵ (Jones, 2009), este ponto do globo sempre se revestiu de uma mística própria de rudeza e invencibilidade, colocada em paridade com a ingovernabilidade própria dos povos e tribos autóctones: ou seja, nem se governavam nem se deixavam governar.

Servindo de área tampão entre Impérios, em especial no período do conflito anglo-russo do século XIX, os afegãos já há muito se habituaram à influência externa nas suas disputas internas. No passado como no presente, as linhas de fratura que atravessam esta região motivam conflitos internacionais intensos e alargados. Aliás, serão estes os verdadeiros conflitos que se jogam neste tabuleiro (Santos, 2011).

A Índia, por exemplo, disputa dois acesos conflitos: contra a China e contra o seu rival Paquistão. A disputa com Pequim pela liderança regional e, talvez até, pelo segundo lugar mundial – balança que parece tender para os chineses – conduz a que a procura pelas matérias-primas e combustíveis fósseis se revista de total prioridade estratégica, para assegurar a manutenção do ritmo de crescimento económico e industrial. O acesso aos hidrocarbonetos do Cáspio – em especial com a construção do gasoduto da Ásia Central⁶ – e do Médio Oriente – para o qual necessita de ligação

4 O Contingente Nacional atualmente no Afeganistão envolve um maior número de tipos de unidades diferenciadas. As missões das unidades presentemente em teatro de operações são de *mentoring*, formação, treino, segurança e apoio logístico.

5 Ainda que diversas civilizações tenham florescido neste território, sendo que uma delas, os Durrani, são inclusive a “origem” do Afeganistão.

6 Iniciado em 2009, e com origem no Turquemenistão, o gasoduto atravessará o Uzbequistão e o Cazaquistão, contornando território russo, e permitindo o fornecimento de 4,5 mil milhões de m³ de gás por ano à China. Prevê-se a sua conclusão em 2013.

ao Índico -, surgem como dois dos grandes interesses estratégicos em disputa. Além disso, Pequim tem também interesses na exploração de matérias-primas no território afegão, e em controlar a fronteira Nordeste do Afeganistão, uma estreita faixa que faz fronteira com a região autónoma de Xinjiang, dada a instabilidade que esta província tem conhecido, em parte pela relação entre os movimentos independentistas uigur (como o ETIM) e alguns grupos terroristas islâmicos afegãos.

Por outro lado, as relações de conflito com o Paquistão assumem uma expressão de luta pelo espaço vital. Para além da evidente disputa pela preponderância geopolítica regional, em causa estão também questões relativas a Caxemira, mas também à própria integridade do território paquistanês⁷. Conforme demonstra a parceria estratégica assinada a 5 de outubro de 2011, Nova Deli procura desenvolver laços com o Afeganistão, e com isso forçar o afastamento das tropas e meios paquistaneses da fronteira oriental, onde se disputa a influência no território de Caxemira. Como resposta, o Paquistão está disposto a defender os seus interesses, mesmo que isso afete aspetos essenciais da sua política externa, como seja a sua relação com Washington⁸. Entre outras formas de pressão, Islamabad assume a existência de “Talibãs bons”, que são os que defendem os seus interesses através de ataques terroristas no Afeganistão e no interior da Índia, aos quais confere apoio e liberdade de ação no interior do seu território⁹.

Outro dos atores que muito joga nesta região é a renovada Turquia. O esforço pela influência no mundo árabe e muçulmano, em competição com a Arábia Saudita e o Irão, surge na sequência de uma nova política externa defendida pelo Primeiro-ministro Recep Erdogan, mas em especial com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davutoğlu. A reorientação do esforço político-diplomático para áreas não-ocidentais (ao contrário da prioridade definida desde os tempos de

7 Em causa poderá estar a sua própria existência, dado que o seu fator de união é exclusivamente a religioso. Como exemplo refere-se o mapa que circulou como sendo dos Neoconservadores apoiantes do presidente George Bush, em que o Paquistão era reduzido a uma estreita faixa territorial. Esse documento foi prontamente rejeitado mas a sua divulgação originou protestos por parte de diversos países afetados (Arábia Saudita, Turquia, Irão, Síria, Israel, Qatar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Paquistão e Afeganistão).

8 Apesar do atual esfriamento de relações, não se prevê que Islamabad se afaste totalmente de Washington, dado que necessita do seu forte apoio financeiro e do auxílio em material e equipamento militar. O apoio da China, de que Islamabad procura tirar partido, não assegura por si o volume de financiamento necessário à subsistência do Paquistão como Estado.

9 O papel dos serviços de informações paquistaneses (ISI) no apoio a determinados grupos insurgentes constituiu um dos maiores fatores de destabilização do conflito. Se por um lado Islamabad procura utilizar essa “arma” de acordo com as suas necessidades e interesses, outros atores apontam esse fator para justificar a falta de credibilidade paquistanesa, e com isso justificarem medidas coercivas reativas.

Atatürk) colocou Ancara no caminho de relações mais fortes com o mundo árabe-muçulmano. O elevado esforço militar e de cooperação civil-militar (CIMIC) que os turcos têm desenvolvido neste teatro de operações, para além de lhes assegurar uma missão sem qualquer baixa¹⁰, procura demonstrar que são uma potência regional incontornável, e que qualquer solução deverá passar pelo único país muçulmano que se encontra em posição de influenciar os acontecimentos.

Para Moscovo, mais do que um conflito, este ambiente confere a possibilidade de recuperar parte da sua capacidade de influência global. Essa influência poderá ser direta, ou através dos seus aliados – verifique-se a importância que mantiveram no apoio à renovação do contrato de utilização das bases aéreas turcomanas essenciais para a projeção de forças e apoio logístico da ISAF.

Outros países vizinhos, como as ex-Repúblicas soviéticas (Uzbequistão, Turquemenistão e Tadjiquistão) e, em especial, o Irão, procuram salvaguardar a sua estabilidade interna, quer seja no controlo das fronteiras – por onde passam algumas das rotas de narcotraficantes e de contrabando regional e transregional – quer seja na defesa dos interesses de grupos étnicos com os quais mantêm ligações.

Por fim, os Estados- Unidos, como mobilizador político-estratégico de toda a intervenção, jogam neste território a sua preponderância mundial, afetada que está pelo crescente poder de outros atores internacionais (Zakaria, 2008). A sua intervenção na região do Af-Paq¹¹ determina a sua capacidade de moldar toda a região da Ásia Central, entrando na tradicional esfera de influência russa e chinesa, algo que pode alcançar sem ter que vencer o conflito afegão.

A Dimensão Operacional

Às relações de conflito e/ou competição internacionais, junta-se um enquadramento operacional de características únicas, em que a geografia humana e física se conjugam de forma distinta de qualquer outro teatro de operações, colocando inusitadas dificuldades às forças militares da ISAF.

10 O contingente turco é o único que ainda não sofreu baixas mortais. O esforço por não se envolverem em ações de combate, e a sua orientação para operações CIMIC, vem de encontro a uma política definida de aproximação ao povo autóctone motivada pela sua natureza muçulmana.

11 Pragmaticamente, a persistência da instabilidade regional poderá servir melhor os interesses norte-americanos, dado que impede o aparecimento de um ator regional poderoso e sem preocupações de segurança significativas. Tal fato poderá retirar a Washington a atual capacidade de influenciar os acontecimentos na região.

O primeiro condicionalismo resulta da especificidade do território afegão, que, por estar afastado do mar, afeta a adequada projeção das forças militares e a sua sustentação logística. Tal fato impõe uma total dependência de países vizinhos, como sejam o Paquistão, o Uzbequistão e o Turquemenistão, obrigando a rotas de transporte que padecem de problemas de segurança. O terreno inóspito, com regiões desérticas, com um relevo muito diferenciado, com passagens em alta montanha e em vales profundos, e com áreas de difícil defesa, limitando a aplicação das mais comuns manobras militares, leva a que mesmo os deslocamentos logísticos se constituam como uma das mais difíceis ações que as unidades militares têm que assegurar.

As características da geografia humana afegã e dos seus atores internos colocam, por outro lado, uma preocupação maior, a qual tem condicionado toda a estratégia da ISAF. A diversidade de atores em presença, os muitos interesses em jogo - a facilidade com que se muda de campo em resultado de mecanismos de lealdade particularmente voláteis -, a defesa da Pashtunlândia, as ligações étnicas, os respetivos códigos de honra - *Pashtunwali* -, o fraco nível de educação, de escolaridade e de desenvolvimento económico e social das populações¹², colocaram dificuldades iniciais, às quais a Coligação teve de se adaptar.

A este conjunto de fatores juntou-se uma imprevista reação por parte da população afegã, que encarou a intervenção internacional não como salvadora, mas sim como uma invasão do “infiel”. Tal fato, exemplarmente explorado pela contra-informação dos insurgentes, conduziu à dinamização, em parte do território, de um clima hostil às forças internacionais, particularmente gravoso quando se desenvolve este tipo de operações.

Era pois um cenário completamente novo para as forças internacionais, ao qual foi necessário uma rápida adaptação, com resultados imediatos, dado que as opiniões públicas ocidentais não se encontravam (nem se encontram) preparadas para um conflito de longa duração inerente à condução de operações de contra-insurreição.

O ponto de partida para a intervenção internacional era, de fato, único e não comparável a qualquer outro teatro de operações. Lutas fratricidas, coligações e contra-coligações, mudanças rápidas de lealdades, valorização exacerbada dos interesses grupais (de grandes e pequenos grupos), são as características que se sobrepõem num país em que a guerra era, e continua a ser, uma constante. (Rashid, 2000)

12 No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era o penúltimo em 2001, apenas superando a Somália (Banco Mundial, 2003).

A Intervenção Militar Internacional

O *Road Map* para a Paz, resultante da Conferência de Bona de 2001, e o posterior Mandato da ONU, constante da Resolução 1386 do seu Conselho de Segurança, asseguraram o adequado enquadramento jurídico no âmbito do Direito Internacional – embora não no âmbito do combate ao terrorismo – através da criação de uma autoridade interina afegã (Teles, 2003: 4)¹³. Os objetivos definidos para um governo de base ampla, multiétnico, representativo e respeitador dos direitos humanos, constituíam um conceito muito próprio e consentâneo com a imagem ideal desta organização internacional. Contudo, a intervenção no terreno constituía uma novidade tanto no plano estratégico como no operacional.

Evocando o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte, face a um ataque armado contra os EUA, Washington assegurou o apoio dos aliados da NATO, mas faltava negociar que tipo de forças iriam ser empregues. As dúvidas surgidas, e o arrastar do processo de geração de forças, conduziram a que fossem projetadas unidades militares sem que tivesse sido definida com clareza a sua missão.

Os objetivos para a intervenção apresentados pelo Presidente George W. Bush, como líder do país que assumia o comando da Coligação (e depois da ISAF), não poderiam ser mais claros: um Afeganistão próspero, democrático e pacificado (Simon, 2009). Todavia, numa visão pragmática de *realpolitik*, foram ainda incluídos objetivos para retirar a capacidade da *Al-Qaeda* em intervir em território e/ou sobre interesses norte-americanos, assegurar a estabilidade regional e manter, ou mesmo aumentar, a influência dos Estados Unidos na região da Ásia Central.

Apesar de, na sequência dos acontecimentos do 11 de Setembro, a primeira resposta da sociedade internacional ter sido particularmente emotiva e instintiva, mas sem ser grande geradora de apoios efectivos concretos no terreno, os Estados Unidos rapidamente alcançaram os seus objetivos estratégicos iniciais. O regime Talibã foi derrubado, e uma nova coligação multiétnica foi colocada no poder. Era uma boa base de partida, mas seria necessário assegurar condições para uma boa governação, com vista a promover o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar das populações.

Para tal, foi seguido um conceito de “*light footprint*”, com vista a evitar um empenhamento quantitativo nos moldes do efectuado no Vietname, de tão má memória para os norte-americanos. No entanto, desde cedo se verificou que essa estratégia

13 Patrícia Galvão Teles defende que a intervenção inicial no combate ao terrorismo não se encontrava enquadrada legalmente. Apenas com a Resolução 1386 do CS/ONU de 20 de Dezembro é que esse imperativo sucedeu, mas mesmo assim sem ser direccionado para esse fim, mas sim para a constituição de uma autoridade interina no Afeganistão.

não reunia as condições mínimas para assegurar o sucesso da segunda fase da intervenção: a ocupação territorial e o alargar da segurança a todo o Afeganistão. Com meios muito limitados, quer humanos quer materiais, a Coligação concentrou unidades na região de Cabul, o que foi rapidamente aproveitado pelas forças insurgentes, que se apressaram a ocupar as regiões a sul e a leste do país. As *Provincial Reconstruction Teams* (PRT), que a par das Organizações Não-Governamentais (ONG) tinham a missão de iniciar a reconstrução e desenvolvimento do país, sentiram muitas dificuldades pela falta de segurança e quase não conseguiam sair das suas bases, apresentando por isso resultados limitados (Pinto, 2009).

Foi dentro neste contexto que a insurgência se desenvolveu, em particular a partir de 2005.

Operacionalmente a ISAF definiu cinco fases para a intervenção: avaliação e preparação (incluindo operações em Cabul), expansão geográfica, estabilização, transição e retração. Dentro da segunda – a ocupação do território afegão – estavam também programadas cinco etapas. Começando em Cabul, e evoluindo no sentido norte, oeste, sul e finalmente este, as etapas indicavam um progressivo controlo territorial, partindo de áreas mais facilmente controláveis e terminando nas que poderiam apresentar maiores dificuldades. Contudo, a porosidade das fronteiras, o incremento da iniciativa das forças insurgentes e as dificuldades táticas no terreno, condicionaram o sucesso da missão.

A consciencialização internacional do agravar da situação no terreno e a progressiva desmobilização de forças do teatro de operações do Iraque levou a um maior empenhamento dos países integrantes da ISAF. Em termos de efetivo a ISAF passou de 22 mil homens para mais de 130 mil, o que ainda é referido como insuficiente para o adequado cumprimento da missão. Os países contribuintes aumentaram também para um total de 49, o que por si só demonstra a abrangência deste empenhamento.

Todavia, encontra-se perfeitamente identificado que a geração de forças apresenta algumas limitações operacionais graves, nomeadamente no que concerne à dificuldade em desenvolver um adequado canal de apoio logístico¹⁴, às limitações em meios aéreos disponíveis (designadamente de aviões de transporte e helicópteros), e às restrições operacionais impostas às forças no terreno (CAVEAT¹⁵ entre outras), que condicionam em muito o adequado empenhamento das unidades militares no terreno.

14 Agravado pelo aumento de incidentes a norte e nordeste, afetando as *Main Supply Routes*.

15 CAVEAT - restrições que os países colocam ao emprego operacional das suas forças. Apenas como exemplo elucidativo, algumas forças estavam impossibilitadas de participarem em ações combate.

Mas a alteração de estratégia, definida pelo General McChrystal, para um conceito de “*boots on the ground*”, permitiu uma maior aproximação à população afegã e um alargamento territorial das operações. A ISAF modificou as suas prioridades, desenvolvendo tarefas de treino, *mentoring*¹⁶ e condução de operações combinadas com o ANA, o ANP e o NDS - respetivamente os exército, polícia e serviços de informações afegãos -, das quais resultou uma maior coordenação e capacidade de intervenção. A iniciativa tinha passado para o lado da ISAF.

O Contributo Militar Português

Portugal está presente desde 2002 em apoio da intervenção internacional no Afeganistão, empenhando mais de 2200 militares, situação particularmente relevante numa Forças Armadas com a dimensão das portuguesas, em especial num momento de forte retração de efetivos.

Quer aceitando cargos de elevado destaque - como o de porta-voz do Comandante da ISAF, assumido pelo Major-general Martins Branco, ou o Comando do *Kabul International Airport* (KAIA)¹⁷, assumido pelo Coronel Luís Ruivo da Força Aérea Portuguesa (FAP) -, quer através de Unidades com missões de elevada importância - de onde se destacam as Equipas Sanitárias, os Destacamentos C-130, as *Quick Reaction Forces* (QRF) da ISAF e as *Operational, Mentoring and Liaison Teams* (OMLT) -, a verdade é que as Forças Armadas Portuguesas têm desempenhado com particular profissionalismo todas as missões recebidas, sendo, por exemplo, um dos países que menos CAVEAT apresentou (apenas são limitadas as operações de combate acima dos 3 mil metros de altura).

O empenhamento nacional acompanhou a evolução das operações no terreno, a sua missão e prioridades, tendo procurado dar uma imediata resposta ao que a Coligação apresentava como necessidades a colmatar. Para tal, a participação nacional teve três fases distintas, embora não estanques.

Numa primeira fase Portugal disponibilizou, aquando das Conferências de Geração de Forças, unidades baseadas maioritariamente em Destacamentos da Força Aérea, destinados ao apoio logístico e ao comando e controlo de instalações

16 Tutória, aconselhamento técnico, orientação e transmissão de conhecimento pelo acompanhamento.

17 O aeroporto de KAIA é também designado por KIA (*Kabul International Airport*), foi construído pelos soviéticos na década de 1960, e atualmente está dividido em 3 áreas mais significativas, sob o controlo civil, da ISAF e do ANAAF (componente aérea do exército afegão).

aéreas. Numa segunda fase, já com prioridade de empenhamento a meios do Exército, Portugal disponibilizou unidades de combate. Finalmente, numa terceira fase – a atual – o país procura seguir a prioridade de apoio à constituição das forças armadas e das diferentes forças de segurança afegãs, projetando unidades de mentoria e ligação e equipas de formadores.

As Forças Armadas Portuguesas contribuíram pela primeira vez em 2002, com uma equipa sanitária de oito elementos, conjunta dos três ramos. Simbólica, pelo tipo de força, pela pronta disponibilização, pela especialização dos meios humanos e por ser de âmbito conjunto, esta Unidade tinha como missão apoiar um regimento médico do Reino Unido em Cabul. Mais do que a natureza da força, Portugal demonstrou uma pronta capacidade de resposta, sendo do primeiros países aliados a integrar a ISAF.

Mas a demonstração de total empenhamento nesta missão da NATO foi reforçada, nesse mesmo ano de 2002, através de três Destacamentos de C-130. Estas Unidades de 15 elementos, que operaram desde Carachi, no Paquistão, integraram os meios aéreos disponíveis para a Coligação com elevado sucesso, sendo a sua importância plenamente demonstrada pelo tipo de missões que desenvolveram, inseridas numa componente aérea particularmente deficitária em meios de transporte. Com a ligação entre pontos remotos no território afegão, os Destacamentos asseguraram parte do canal logístico e auxiliaram na melhoria da capacidade de comando e controlo da Coligação. Como anteriormente referimos, os limitados meios aéreos que existiam nesta fase afetaram a operação no Afeganistão, pelo que Portugal se destacou por tão elevado e útil empenhamento. O sucesso e importância destes Destacamentos foi demonstrado pelos numerosos reconhecimentos públicos, e pelas múltiplas solicitações para Portugal voltar a disponibilizar estes meios.

Depois de um pequeno interregno, Portugal regressa ao território afegão em 2004, com diversos meios da Força Aérea, nomeadamente uma equipa de controladores aéreos, uma equipa de bombeiros e mais um Destacamento de C-130. Estes mais de 30 militares, cuja missão se prolongou para 2005, asseguraram uma importante participação nacional, tendo contribuído para a atribuição do Comando de KAIA entre Agosto e Dezembro de 2005. Salienta-se a importância deste comando, dado que KAIA é o principal *Air Port of Debarkation* (APOD) do teatro de operações¹⁸, ocupando instalações contíguas ao aeroporto internacional de Cabul. Esta infraestrutura militar assegura todo um conjunto de missões, como sejam a projeção e

18 O APOD de KAIA constitui um dos dois pontos de entrada aéreos principais do Afeganistão, sendo o outro localizado a norte, na base norte-americana de Bagram.

retração de forças, a chegada ao Teatro de Operações de grande parte do apoio logístico, o seu direcionamento para diversos pontos do território, a receção de visitas VIP e o canal médico-sanitário de Role 2E¹⁹. Para tal, e para além do adequado comando e controlo, este tipo de missões implica toda uma elevada estrutura de segurança, direta e indireta das instalações e meios aéreos que fazem a sua chegada e partida a desta infra-estrutura.

Ainda em 2005, um novo tipo de forças começou a ser projetada para o Afeganistão, as *Quick Reaction Forces* (QRF) O risco muito elevado neste teatro de operações, e as quase nulas restrições de emprego operacional, deram a esta unidade de “Comandos” uma missão de elevada responsabilidade no contexto da Coligação, sendo a reserva do Comandante da ISAF. O número de militares (cerca de 157, maioritariamente do Exército mas contendo um TACP da Força Aérea) e as necessidades logísticas específicas deste tipo de unidades colocaram novos desafios ao conceito expedicionário das Forças Armadas Portuguesas.

Unidades com a missão de QRF foram projetadas mais cinco vezes, entre 2005 e 2008, mantendo o mesmo efetivo de referência, e sempre com base em forças especiais do Exército, nomeadamente os Comandos e os Pára-quedistas, mas contando sempre com elementos de Operações Especiais e um TACP da FAP.

Foi no início de 2008 que se iniciou a terceira fase do emprego operacional de unidades portuguesas na ISAF, nomeadamente através da projeção da primeira OMLT. A missão deste tipo de unidades prende-se com o aconselhamento, *mentoring* e acompanhamento de unidades do *Afghan National Army* (ANA), que se encontram em fase de levantamento, apoiando-as no plano de formação, no comando e controlo, no treino e na área logística. Para além desse papel, as OMLT têm a missão de servirem de ligação²⁰ entre a unidade afegã e comandos, forças e organizações internacionais, dentro das necessidades operacionais e logísticas. Esta primeira OMLT foi designada de Guarnição, dado que cumpria a sua missão junto de uma unidade desse tipo, que apoia o 201.º Corpo de Exército do ANA, localizado em Cabul. Este Corpo de Exército afegão tinha, nesta altura, a responsabilidade pela segurança de toda a província de Cabul, bem como a região nordeste do país. Nesse sentido constituía-se como uma prioridade para a governação e segurança do Afeganistão.

¹⁹ Entretanto, o hospital de KAIA passou a assumir o nível de Role 3 (de um máximo de 4). Tais designações correspondem às capacidades e valências hospitalares asseguradas pela unidade de apoio sanitário.

²⁰ A ligação processa-se entre as unidades afegãs e os comandos e unidades da ISAF, mas também com outras organizações internacionais, sendo que a OMLT procede a coordenações e troca de informação entre as diversas entidades.

As dificuldades acrescidas numa pequena unidade deste tipo, que totalizavam 29 elementos, colocaram-se, em especial, ao nível do aprontamento conjunto, apoio logístico e segurança. Foi, portanto, exploratório constituir esta OMLT-G, o que permitiu que a atual terceira fase da participação nacional na missão da ISAF fosse alavancada nesta experiência.

Assim sendo, e para além de mais dois Destacamentos C-130, que cumpriram missões de apoio logístico e administrativo, como por exemplo o apoio às eleições afegãs, e uma QRF, que se constituiu como reserva da ISAF para Cabul²¹, a participação portuguesa orientou-se desde 2008 para a participação nas OMLT.

Em 2009 Portugal materializou uma contribuição de forças significativa, quer pelo número elevado de militares em teatro de operações - num total de 145, entre unidades e participações em cargos da ISAF e UNAMA -, quer pelo tipo de unidades presentes - OMLT-D, OMLT-G, Módulo de Apoio, Destacamento C-130 e Equipa Sanitária -, quer ainda pelo forte empenhamento dos três ramos.

Para além da OMLT de Guarnição e dos Destacamentos de C-130, foram constituídas a OMLT-D, o Módulo de Apoio e a Equipa Sanitária Role 2E. A missão da OMLT-D era idêntica à de Guarnição, mas com a unidade apoiada a ser a *111.ª Kabul Capital Division* (111KCD). Esta Unidade, recentemente levantada, passou a ser uma das mais importantes da estrutura operacional do ANA. Com responsabilidade sobre a província de Cabul, com exceção do distrito de Surobi, esta grande unidade tornou-se uma prioridade de mobilização, constituição, equipamento e treino.

Nesse sentido, a participação nacional nesta OMLT permitiu assegurar uma forte visibilidade internacional, não exigindo um empenhamento humano e material muito elevado. Por esse fato, esta unidade foi sempre bastante cobiçada por outras forças internacionais, em especial, as norte-americanas e turcas.

Contudo, as OMLT exigem características especiais de preparação, aprontamento e segurança, de que se salienta a constituição exclusiva por graduados, com elevada experiência e conhecimentos, e o alargamento a áreas mais operacionais e de coordenação com diversas entidades externas, quer afegãs, quer da Coligação, quer ainda das ONG, da ONU e de outros atores presentes no teatro. Com o cuidado apoio português, a 111.ª KCD revelou-se incontornável e exemplar no processo de desenvolvimento do ANA, o que valorizou ainda mais a participação nacional.

Já o Módulo de Apoio, e como a própria designação da Unidade referencia, tinha a seu cargo todo o apoio às OMLT. Eram asseguradas as diferentes áreas

21 Esta QRF ficou sob o comando do *Regional Comand Cabul* (RCC), cumprindo missões de reserva para a província de Cabul. O RCC tinha comando de um Brigadeiro-general do Exército da Turquia.

logísticas, financeiras, de comunicações e de segurança. Esta última era assegurada por uma sub-unidade de escalão pelotão, designada por *Force Protection*, e constituída por elementos da “Unidade de Comandos” e do “Corpo de Fuzileiros”.

As Equipas Sanitárias, que incluíam pessoal médico dos três ramos, de comando da Força Aérea, revelaram-se, também elas, muito importantes para a imagem nacional. A sua relevância foi reconhecida pelos diferentes comandos do Hospital Role 2-E, localizado em KAIA, em especial pela prontidão e especialização demonstrada.

Entretanto, a dimensão das forças nacionais no terreno, a projecção de mais unidades de formadores e a necessidade de assegurar o apoio logístico e segurança centralizados, conduziram à constituição de um Contingente Nacional, cujo respetivo Comandante substituiu o cargo de *National Senior Representative* (NSR), que anteriormente era acumulado com outra função (nas últimas três missões com a de Comandante da OMLT-D).

Quadro 1 – Forças e Efetivos que Integraram a ISAF²²

| Data | Missão | N.º de Militares | | | |
|-----------------|-------------------------------|------------------|-----|-----|----|
| | | Total | Ex | Mar | FA |
| Out/11 a Mar/12 | 3.º CONTINGENTE NACIONAL | 184 | 142 | 26 | 16 |
| Mar/11 a Out/11 | 2.º CONTINGENTE NACIONAL | 144 | 127 | 11 | 6 |
| Set/10 a Abr/11 | 1.º CONTINGENTE NACIONAL | 171 | 104 | 52 | 15 |
| Mar/10 a Out/10 | 5.º MÓDULO DE APOIO | 56 | 9 | 45 | 2 |
| Mar/10 a Out/10 | 5.ª OMLT GUARNIÇÃO (G 01/05) | 11 | 5 | 5 | 1 |
| Mar/10 a Out/10 | 3.ª OMLT DE DIVISÃO (D 01/03) | 17 | 17 | 0 | 0 |
| Jan/10 a Set/10 | QRF ISAF | 150 | 150 | 0 | 0 |
| Jul/10 a Set/10 | QRF TACP | 12 | 0 | 0 | 12 |
| Jan/10 a Jul/10 | QRF TACP | 12 | 0 | 0 | 12 |
| Mar/10 a Jul/10 | DESTACAMENTO SANITÁRIO | 15 | 4 | 3 | 8 |
| Out/09 a Abr/10 | 4.ª OMLT GUARNIÇÃO (G 01/04) | 11 | 5 | 5 | 1 |
| Out/09 a Abr/10 | 4.º MÓDULO DE APOIO | 56 | 27 | 25 | 4 |

²² Não foram considerados neste cálculo as diversas equipas, e/ou militares isolados, que se deslocaram ao teatro de operações para execução de operações logísticas e de comunicações temporárias, como sejam a negociação de acordos, instalação ou reparação de equipamentos.

As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão

| Data | Missão | N.º de Militares | | | |
|-----------------|-------------------------------|------------------|-------------|------------|------------|
| | | Total | Ex | Mar | FA |
| Out/09 a Abr/10 | 2.ª OMLT DE DIVISÃO (D 01/02) | 17 | 17 | 0 | 0 |
| Nov/09 a Mar/10 | DESTACAMENTO SANITÁRIO | 15 | 6 | 5 | 4 |
| Jul/09 a Nov/09 | DESTACAMENTO SANITÁRIO | 15 | 5 | 7 | 3 |
| Jul/09 a Out/09 | DEST C-130 | 41 | 0 | 0 | 41 |
| Abr/09 a Out/09 | 3.ª MÓDULO DE APOIO | 56 | 48 | 6 | 2 |
| Abr/09 a Out/09 | 1.ª OMLT DE DIVISÃO (D 01/01) | 16 | 16 | 0 | 0 |
| Abr/09 a Out/09 | 3.ª OMLT GUARNIÇÃO (G 03/01) | 11 | 5 | 5 | 1 |
| Nov/08 a Abr/09 | 2.ª OMLT GUARNIÇÃO | 29 | 20 | 6 | 3 |
| Set/08 a Dez/08 | DEST C-130 | 40 | 0 | 0 | 40 |
| Mai/08 a Nov/08 | 1.ª OMLT GUARNIÇÃO | 29 | 24 | 4 | 1 |
| Fev/08 a Ago/08 | 1.ª CCMDS | 157 | 150 | 0 | 7 |
| Ago/07 a Fev/08 | 22.ª CATPARA | 156 | 149 | 0 | 7 |
| Fev/07 a Ago/07 | 2.ª CCMDS | 157 | 150 | 0 | 7 |
| Ago/06 a Fev/07 | 11.ª CATPARA | 157 | 150 | 0 | 7 |
| Fev/06 a Ago/06 | 1.ª CCMDS | 157 | 157 | 0 | 0 |
| Dez/05 a Mar/06 | DEST FAP OPS KAIA | 10 | 0 | 0 | 10 |
| Ago/05 a Fev/06 | 2.ª CCMDS | 157 | 150 | 0 | 7 |
| Ago/05 a Dez/05 | GR COMANDO KAIA | 37 | 0 | 0 | 37 |
| Jul/04 a Jun/05 | DEST C-130 | 24 | 0 | 0 | 24 |
| Mai/04 a Fev/05 | CONTROLADORES AÉREOS | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Mai/04 a Fev/05 | EQUIPA BOMBEIROS | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Jun/02 a Jul/02 | DEST C-130 | 15 | 0 | 0 | 15 |
| Abr/02 a Jul/02 | DEST C-130 | 15 | 0 | 0 | 15 |
| Mai/02 a Jun/02 | DEST C-130 | 15 | 0 | 0 | 15 |
| Fev/02 a Abr/02 | EQUIPA SANITÁRIA | 8 | 3 | 2 | 3 |
| | | 2222** | 1675 | 210 | 338 |

* Previsão

** O número total inclui os militares em missões individuais (QG/ISAF, IJC, NTM-A, etc.)

Com esta nova estrutura, o 1.º Contingente Nacional (1.º CN) foi projetado em Setembro de 2010, sendo constituído pela 4.ª OMLT-D, a 6.ª OMLT-G, o 6.º ModAp, a Equipa de Instrução da KATC, a Equipa de Instrução da KMTC e a Equipa de Formadores da CSS *Log School*. Estas três últimas unidades tinham um efetivo de 10 elementos cada, sendo que na primeira todos eles têm origem na Força Aérea, e nas restantes duas a origem é do Exército e da Marinha.

Neste momento, e apesar de ainda existirem algumas dúvidas quanto ao efetivo e organograma final, o 3.º Contingente Nacional, cuja Transferência de Autoridade (TOA) está prevista para 19 de Outubro de 2011, deverá ser constituído por um efetivo de 184 elementos, representativos dos três ramos e mais 15 da Guarda Nacional Republicana. As unidades integrantes serão as seguintes: OMLT-D, OMLT-G, Unidade de Apoio, e as Equipas de Formadores/Instrutores KMTC-SSB, KAC-TC, CSS *LogSchool*, KMTC-CFC, Depot-0 NLC, *ANP Distribution Center* e *ANP Training Center* (responsabilidade da GNR).

Tão elevado empenhamento, que se prevê venha a aumentar para 188 no 4.º CN (ao que serão somados os 15 da GNR), é representativo do esforço nacional neste teatro de operações, sendo Portugal apontado como um bom exemplo entre os aliados da NATO.

Por fim, mas não menos importante, referimos a título de homenagem os dois militares mortos no teatro de operações do Afeganistão, ao serviço do interesse nacional: o Primeiro-sargento Roma Pereira e o Soldado Pedrosa.

Lições Aprendidas

Naturalmente que tão elevado empenhamento, num teatro de operações tão específico e exigente, se constitui como o terreno ideal para o elencar de importantes ensinamentos e a identificação de lições aprendidas. Concomitantemente, e não sendo nossa intenção proceder à sua identificação exaustiva, a verdade é que poderemos enunciar as principais lições aprendidas²³.

Comando Centralizado para o CN

Todas as Unidades militares portuguesas em território afegão passaram a estar integradas neste Contingente, criando um só ponto de contato e uma cadeia hierárquica definida. Com este procedimento assegurou-se, entre outros aspetos, a

23 Não foram consideradas lições aprendidas cuja classificação de segurança não o permita ou cujo cariz estritamente operacional lhe retire relevância para o objetivo do presente artigo.

orientação do esforço operacional para o que se encontrava definido como prioritário, a maximização dos meios disponíveis – especialmente logísticos e de segurança –, a adequação do canal de pessoal (justiça e administrativo), o enquadramento de todos os militares e a nomeação de um Comandante do Contingente em cargo exclusivo (e não em acumulação de funções).

Antecipar a Mobilização das Unidades

A especificidade deste teatro de operações conduziu à necessidade de antecipar a reunião de todo o pessoal a integrar as diferentes Unidades do Contingente Nacional. Nesse sentido, foram adiantadas as Diretivas do CEMGFA e dos três Chefes de Estado-Maior dos ramos, permitindo que, conjuntamente com a restante legislação enquadrante, se conseguisse ganhar tempo na execução de todas as tarefas inerentes ao aprontamento, projeção e cumprimento da missão.

Mobilizar Unidades Constituídas

Concorrendo para o mesmo objetivo que o ponto anterior, procurou-se centralizar em unidades específicas a mobilização das forças a expedir. Com exceção dos Destacamentos C-130 da Força Aérea, as características das missões recebidas levam a que as unidades a constituir sejam diferentes da orgânica existente em território nacional. Para obviar a este condicionalismo procurou-se centralizar em grandes Unidades (GU) específicas²⁴ a mobilização das forças a projetar. As grandes vantagens prendem-se com a identidade das forças, a rápida adequação de procedimentos, a criação de estruturas de apoio ao aprontamento e a criação de critérios bem identificáveis que permitam antecipar as futuras forças a constituir e a projectar. Este último aspeto é particularmente importante em termos de planeamento, dado que permite uma melhor gestão de pessoal militar em GU que têm vários TO a que dar resposta.

Aprontamento Centralizado

Com vista a uniformizar procedimentos, integrar as diferentes unidades e maximizar os meios disponíveis, o aprontamento do Contingente Nacional a projetar inicia-se o mais cedo possível (normalmente numa segunda fase depois da concentração inicial), numa unidade do Exército pré-designada.

24 No Exército a Brigada de Reação Rápida (BRR), a Brigada Mecanizada (BrigMec) e a Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), e na Armada o Corpo de Fuzileiros (CFz).

Treino Orientado para a Missão

Os meios disponibilizados são idênticos ao encontrados no Teatro de Operações, são reunidas as lições aprendidas e o *know-how* acumulado, e passadas as informações mais atualizadas e pertinentes. O equipamento é idêntico ao utilizado no teatro de operações. São treinadas as situações de missão, colocadas sob condições o mais próximo da realidade possível.

Faseamento da Projeção

Com este procedimento assegura-se a continuidade da missão, e uma mais prolongada fase de “*left seat right seat*” (passagem de informação entre os ocupantes das mesmas funções: a sair e a entrar). A articulação da projeção prende-se com aspetos operacionais e prioridades atribuídas.

Adequada Proteção da Força

Tendo em consideração a especificidade do teatro de operações, quer pelas características do terreno, quer pela diversidade da ameaça, o Contingente Nacional necessitou de proceder à adequação das medidas de segurança à evolução da situação operacional. Assim sendo, foram desenvolvidos e aperfeiçoados o sistema de informações, os equipamentos de segurança e os procedimentos táticos normalizados.

Maior Capacidade de Sustentação Logística

As dificuldades do canal logístico neste teatro de operações, em particular pela praticamente ausência de mercado local, e pela não manutenção de voos de sustentação regulares, colocam a necessidade conduzir procedimentos excepcionais. Uma agilização de procedimentos, negociação de *Technical Agreements* de apoio logístico, contratação de empresas especializadas (e já com implantação no terreno) e um maior *stock* de material e abastecimentos constituem as ações mais evidentes e assumidas.

Localização Centralizada

Apesar de possuir locais de cumprimento da missão diferenciados, foi considerado ser vantajoso desenvolver a maior concentração possível do Contingente

Nacional. Essa situação confere uma maior flexibilidade operacional e permite maximizar os meios logísticos e de segurança, bem como o reduzir os custos da presença nacional neste teatro de operações.

Melhoria na Contratação e Emprego de Tradutores

Inicialmente apoiada no sistema normalizado da ISAF, a contratação de tradutores evoluiu de acordo com a experiência nacional no terreno. Adequar as características dos tradutores às necessidades existentes tomou como base a idade, etnia e experiência de cada tradutor. Tais fatores obtiveram resultados imediatos e visíveis no desempenho da missão das forças portuguesas, em especial quando em ligação com unidades do ANA, quer seja na formação, na instrução ou, em especial, na “mentoria”, situação em que é exigida uma elevada afinidade com o “mentorado”.

Coordenação com os Diversos Atores no Terreno

O elevado dinamismo das unidades portuguesas fica patente na forma como foram desenvolvidos contatos com os diferentes atores do teatro de operações. Essa interação permitiu assegurar um cumprimento da missão muito mais eficaz e abrangente. O reconhecimento, quer entre afegãos, quer entre as entidades da ISAF e dos outros atores no terreno (ONU e ONG), permitiu que os militares portugueses liderassem e coordenassem diversas tarefas e missões. A evidência desse fato, para além do reconhecimento público, foi sempre notada pelos contatos recebidos para mediação, ligação e coordenação entre as diversas entidades.

Adequação de Procedimentos as Leis e Costumes Locais

As unidades portuguesas foram das que mais rapidamente se adaptaram às características da sociedade e cultura afegã. Este fator permitiu uma maior facilidade no cumprimento da missão, em especial quando essa dependia da ligação e criação de laços pessoais e profissionais com elementos militares e civis afegãos. A título de exemplo gostaríamos de realçar o respeito pelo “modo de ser e agir afegão” (sem o procurar alterar), a tentativa de conhecer e fazer uso (mesmo que limitado) do Dari²⁵, o acompanhamento físico dos “mentorados”, por mais difícil

25 Idioma mais utilizado na região de Cabul. O fato de muitos militares portugueses fazerem uso de algumas frases em idioma local representou uma extraordinária aproximação aos militares e civis afegãos.

que a situação se apresentasse, algo muito valorizado pelos afegãos, e a transmissão da noção de que o apoio não era apenas temporário, mas sim um projeto de longa duração²⁶.

Desenvolvimento de Ações Humanitárias

Apesar de não constarem da missão específica das forças nacionais, estas ações, desenvolvidas em coordenação com as entidades afegãs (do ANA e civis) e internacionais (ISAF, ONU, RCC e ONG), apresentam um retorno extraordinário, que resulta como facilitador para uma eficaz integração. Quando aplicável, foi ainda acrescida a “entrega” da liderança do processo a militares do ANA (em particular nas OMLT-D e OMLT-G), o que, não retirando protagonismo às cores nacionais, permitiu um reconhecimento particular por parte das unidades afegãs apoiadas.

Adequação do Fardamento e Equipamento

Este aspeto torna-se mais evidente pelo fardamento (com camuflagem de deserto) e pelas viaturas (com outra capacidade de segurança e protecção). Contudo, não termina aqui, sendo uma das áreas que mereceu um maior esforço do canal logístico das Forças Armadas, sempre em resposta às questões levantadas por quem se encontrava no terreno.

Melhoria na Preparação do Idioma Inglês

Foi assumida como uma prioridade, visto que apresenta evidentes mais-valias no adequado uso dos intérpretes e quando se coordena em plano multinacional. A importância deste fator foi evidenciada desde o momento da escolha e seleção dos militares, passando pela sua preparação e aprontamento.

Projeção e Retração da Força

Considerando diversos fatores operacionais e logísticos, dos quais se salientam os três dias de deslocamento e a maior dificuldade em obter as autorizações de sobrevoo de espaço aéreo, foi decidido fretar aeronaves civis de transporte militar para efetuar o transporte dos militares de e para o teatro de operações.

26 A sinceridade, o acompanhamento próximo e o conceito de “projeto de longa duração” apresentado pelos militares portugueses foram reconhecidos, pelos afegãos, como um esforço de aproximação ímpar. Isso permitiu assumir um relacionamento global de confiança facilitador do cumprimento da missão.

Objetivos Atingidos

Para proceder a uma adequada análise do que foi alcançado pela intervenção internacional, é importante ter a noção do ponto de partida da missão da ISAF. Em 2001 o Afeganistão era governado pelo regime Talibã, restritivo das liberdades civis e pessoais. O país a ocupava o penúltimo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a governação e instituições públicas eram inexistentes, a escolaridade era mínima e as condições higiénicas e médico-sanitárias meramente fictícias. Vivia-se com uma referência de 0,48 dólares por dia, havia um canal de televisão e oito aviões comerciais, tudo isto para uma população de 30 milhões de habitantes (Miller, 2011: 53-54). O Afeganistão era caracterizado por um ambiente de permanente insegurança, reflexo de conflitos sucessivos desde há 30 anos, em que os massacres sobre civis e militares se tornaram comuns. A *Al-Qaeda* tinha cerca de 20 mil operacionais em território afegão, que gozavam de total impunidade, liberdade de movimentos, campos de treino e apoio financeiro.

Tendo como base os objetivos inicialmente levantados, o presidente norte-americano Barack Obama redefiniu em 2009 e de forma mais abrangente e pragmática, os seguintes objetivos para a nova fase de intervenção no Afeganistão: desarticular, desmantelar e destruir a rede da *Al-Qaeda*, retirar a sua capacidade de se instalar em “*safe heavens*” no Paquistão e impedir o seu regresso à região do Af-Paq (White House, 2011). Para tal, a Administração Obama levantou cinco tarefas: cortar a rede terrorista; assegurar a governação afegã efetiva; efectuar um levantamento de forças de segurança afegãs; apoiar uma governação civil no Paquistão, constitucional e estável; e recolher apoios internacionais à consecução destes objetivos, sempre sob os auspícios das Nações Unidas.

É neste contexto que poderemos identificar os avanços obtidos, quer seja no âmbito militar, quer seja no âmbito civil.

Um maior esforço no sentido de alcançar rapidamente os objectivos militares a que se haviam proposto, em especial na área de segurança e controlo do território afegão, conjuntamente com uma maior proximidade física das forças da NATO à população civil, foram características evidentes da campanha desenvolvida pelo General McChrystal, e continuada, embora noutros moldes, pelo General Petraeus. Desenvolvendo o conceito “*boots on the ground*” McChrystal assumiu um início de campanha com maiores baixas, mas na qual a população civil passou a ser o centro de gravidade das operações.

Paralelamente, um maior esforço foi desenvolvido na rápida constituição de forças militares e de segurança afegãs, capazes de assumir, em tempo, algumas das tarefas essenciais de soberania e segurança nacional inerentes a um Estado de Di-

reito. Nesta fase foram efectuadas operações combinadas, que alcançaram um significativo êxito militar.

No plano da segurança, e considerando que a prioridade era a *Al-Qaeda*, a verdade é que esta perdeu a sua referência, com a morte do seu líder, e a sua liberdade de ação, confinada que está agora a cerca de algumas dezenas de operacionais concentrados na fronteira do Waziristão. Neste momento a *Al-Qaeda* limita-se a ações isoladas de pequeno impacto, e em regiões bem distintas do Afeganistão. Em relação aos Talibãs e restantes grupos insurgentes, cuja aniquilação nunca foi apontada como uma prioridade, o sucesso poderá passar por negociações em complemento das ações militares.

Assim sendo, e num plano pragmático e exclusivamente estratégico, a insegurança com origem no eixo Af-Paq está confinada a ele mesmo, e afastado dos países ocidentais.

Na sequência do *Road Map* traçado em Dezembro de 2001, em Bona, foram lançadas bases para uma nova Constituição afegã, a qual, apresentando uma identidade tradicional e islâmica, permite avanços muito significativos no campo dos direitos e liberdades individuais e religiosas.

Por outro lado, os avanços democráticos são significativos, apesar de ainda existir um longo caminho a percorrer. As diversas eleições que decorreram desde 2001 são por si só a prova desse sucesso. Sintomático será que muitos dos atores afegãos já optaram pelo “conflito democrático” (mesmo que seja por via da fraude eleitoral) em detrimento do conflito armado. Esse passo é particularmente significativo num território como o Afeganistão. A legitimidade é agora procurada nas urnas, de uma forma alargada, quer pela percentagem de votantes, quer pela abrangência territorial.

Também as instituições afegãs conheceram um avanço significativo. No âmbito da justiça foi constituído um Supremo Tribunal da Justiça e elaborada uma regulamentação para conduta judicial. Naturalmente que um sistema de justiça tradicional, assegurado pelo *Pashtunwali* e por códigos tribais, não será facilmente substituído por um outro com referências universais, contudo, passos seguros estão a ser dados nesse sentido.

O apoio internacional foi também alargado, com o aumento da ajuda internacional a projetos económicos específicos, que permitiram uma melhor programação política e um crescimento anual na ordem de 13,5%, desde o ano de 2006 (Miller, 2011).

As condições sanitárias foram também uma prioridade, sendo que a água potável, a eletricidade, as escolas, os hospitais e as instituições de solidariedade social conseguem, agora, chegar a um território e populações muito mais alargadas.

Nas liberdades individuais sentiu-se igual desenvolvimento, permitindo-se o voto universal, a candidatura a cargos públicos, a liberdade de expressão, o direito legal à propriedade privada, o acesso à justiça e a igualdade de género, fator pela primeira vez inserido nas prioridades da NATO, nomeadamente criando uma Divisão dedicada a esta área.

Conclusões

A singularidade do conflito afegão exigiu uma capacidade de adaptação extrema, quer para a NATO como organização internacional, quer para os países contribuintes de forças. Portugal, neste contexto, revelou ter uma resposta pronta e competente às necessidades levantadas nas diversas fases de geração de forças.

Sendo uma campanha de contra-insurreição e uma *Out of Area Operation* com excepcionais exigências na projeção de forças e sustentação logística, as Forças Armadas Portuguesas demonstraram capacidade tanto no plano expedicionário, como também no plano operacional, fatos evidentes nos resultados alcançados pelas diferentes unidades que, desde 2002, estiveram no terreno.

As diversas fases de contribuição nacional permitiram assegurar missões relevantes, quer tenham sido no plano logístico, no de segurança e combate, ou de treino e mentoria. Com esta fase final, as forças nacionais deixam as Unidades do Exército e da Polícia afegã, com quem trabalham, melhor preparadas para assumir as grandes responsabilidades futuras. Tendo em consideração o ponto de partida, relevamos que as Forças Armadas Portuguesas fizeram, e ainda fazem, a diferença pela intensidade e profissionalismo com que cumprem a sua missão, tendo reconhecidamente contribuído para o cumprimento da meta definida em Bona.

A presença militar portuguesa no teatro de operações do Afeganistão representa um desafio complexo, mobilizador de grande esforço militar, mas também financeiro, político e diplomático, sendo que, em registo final, podemos referir que se reveste como exemplar contributo para a consecução da política externa nacional, mas também no concurso para uma maior e melhor segurança internacional.

Referências Bibliográficas

Atran, Scott (2010). *Talking to the Enemy*. New York: Harper Collins Publishers.

Banco Mundial (2003). "World Development Indicators" in *Desenvolvimento e Crescimento Económico*. Porto, Faculdade de Economia.

- Barfield, Thomas (2011). *Afghanistan: A Cultural and Political History*. Princeton: Princeton University Press.
- Barrento, António (2010). *Da Estratégia*, Lisboa: Tribuna da História.
- Blackwill, Robert (2011). "Plan B in Afghanistan". *Foreign Affairs*, Jan/Fev, pp. 42-50.
- Branco, Carlos Martins (2009). "A Nova Estratégia Americana para o Afeganistão e a Manobra Contra-subversiva. Continuidade ou Mudança?". *Nação e Defesa* n.º 124, pp. 231-257.
- Branco, Carlos Martins (2008). *A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-Subversão*, in *Cadernos IDN*, pp. 15-23. Lisboa: IDN.
- Cohen, Saul Bernard (2003). *Geopolitics of the World System*. New York: Rowan & Littlefield.
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia* (vol.I). Pedrouços: IAEM.
- Cristia, Fotini e Michael Semple (2009). "Flipping the Taliban: How to Win in Afghanistan". *Foreign Affairs*, Jul/Ago, pp. 34-45.
- EMGFA (2011). Disponível em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes>, [8/8/2011].
- Jones, Seth (2009). *In the Graveyard of Empires: American's War in Afghanistan*. New York: Norton.
- Kleveman, Lutz (2003). *The New Great Game*. New York: Grove Press.
- Kilcullen, David (2009). *The Accidental Guerrilla: Fighting Small Wars in the Midst of a Big One*. Oxford: University Press.
- MDN (2011). Disponível em <http://www.mdn.gov.pt>, [8/8/2011].
- Miller, Paul (2011). "Finish the Job: How the War in Afghanistan Can Be Won". *Foreign Affairs*, Jan/Fev, pp. 51-65.
- Moreira, Adriano (Coord.) (2010). *Portugal e as Operações de Paz*. Lisboa: Prefácio.
- Pinto, Maria do Céu (2009). "Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão". *Nação e Defesa*, 124, pp. 203-216.
- Rashid, Ahmed (2009). *Descent into Chaos*. New York: Penguin Group.
- Rashid, Ahmed (2000). *Os Talibãs*. Lisboa: Terramar.
- Resolução n.º 1833 do Conselho de Segurança da ONU, de 22Dez2008.
- Resolução n.º 1386 do Conselho de Segurança da ONU, de 20Dez2001.

- Sébille-Lopez, Philippe (2006). *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Santos, Loureiro dos (2011). "Enquadramento Estratégico" in *O Afeganistão*. Lisboa: INCM, pp. 29-39.
- Simon, Steve (2009). "Can the Right War Be Won?". *Foreign Affairs*, Jul/Ago, pp. 130-137.
- Steele, Jonathan (2011). *Ghosts of Afghanistan: Hard Truths and Foreign Myths*. London: Granta Books.
- Teles, Patrícia Galvão (2003). "A Intervenção Estrangeira no Afeganistão e o Direito Internacional". Disponível em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2003_2_3_1_b.html, [18/8/2011].
- UNAMA, Human Rights Unit (2009). *Afghanistan Mid-Year Bulletin on Protection of Civilians in Armed Conflict*. Disponível em <http://unama.unmissions.org/Portals/UNAMA/human%20rights/09july31-UNAMA-HUMAN-RIGHTS-CIVILIAN-CASUALTIES-Mid-Year-2009-Bulletin.pdf>. [12/8/2011].
- White House (2011). *White Paper of the Interagency Policy Group's Report on U.S. Policy toward Afghanistan and Pakistan*. Disponível em http://www.whitehouse.gov/assets/documents/afghanistan-pakistan_white_paper. [28/8/2011].
- Zakaria, Fareed (2008). *O Mundo Pós-Americano*. Lisboa: Gradiva.